



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Secretaria de Administração

Despacho n. 6879996

Referência: Processo STJ n. 009993/2026

Assunto: Aquisição de solução tecnológica para acesso móvel à Internet via satélite em veículos terrestres.

Interessada: Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação

Trata-se de proposta de Aquisição de solução tecnológica para acesso móvel à Internet via satélite em veículos terrestres, conforme Termo de Referência 6879317, aprovado pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (6879349).

Para a presente contratação não se aplica a designação de equipe do planejamento da contratação, consoante art. 3º, §7º, I, da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 4/2023](#).

Por ser um objeto de pronta entrega e de valor inferior ao limite da dispensa, autorizo a continuidade da instrução com a dispensa da elaboração do estudo técnico preliminar, do plano de riscos e do documento de oficialização de demanda, com fulcro no art. 4º, inciso I do § 5º e do § 6º, e no art. 9º-A da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 4/2023](#).

Conforme Documento de Formalização de Demanda 6870988 a contratação consta do PCAq2026, com o código sequencial STI2026-017, e registrada como contratação associada sob o código STI2026-017.004, conforme comprovante 6879994.

Consoante descritivo do mesmo documento é necessária a análise da Assessoria de Gestão Sustentável e da Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão, o que deve ser providenciado.. Já as análises da Coordenadoria de Segurança da Informação e Defesa Cibernética e da Assessoria de Conformidade, Integridade e Riscos são dispensadas.

O pedido de material consta dos autos (6873311)

Pelo exposto, encaminho os autos à **Assessoria de Gestão Sustentável** e da **Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão** para análise e manifestação.

Solicito prioridade na análise.

Rui Moreira de Oliveira
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Rui Moreira de Oliveira, Secretário de Administração**, em 11/03/2026, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6879996** e o código CRC **1B9853D0**.

